

Veículo: *O Estado de S.Paulo* – coluna Espaço Aberto

Data: Julho/2006.

Olhar para Frente

Fernando Henrique Cardoso

Em campanha eleitoral o que interessa é olhar para frente. Nem o candidato a presidente nem o PSDB devem ser pautados pelas “comparações” entre meu governo e o de Lula, embora sem temê-las. Até porque o governo e a campanha do candidato oficial não têm limites para distorcer a realidade quando se trata de beneficiá-lo. O cinismo é amplo, geral e irrestrito. Chega-se ao cúmulo de apresentar Lula como o “pai” do Real, quando na verdade ele se opôs ao Plano. E se usa o artifício de comparar os dados econômicos de 2002, ano em que o país foi para a UTI por receio da eleição do candidato do PT, com os resultados atuais. Estes, como se sabe, decorrem de uma excepcional conjuntura econômica mundial somada à sensatez (surpreendente e bem-vinda) de uma política econômica que renegou tudo o que o PT e ele próprio, Lula, pregaram nos últimos 20 anos.

As eventuais semelhanças entre as políticas econômicas dos dois governos não escondem, porém, uma diferença de fundo. Uma coisa é manter juros altos e moeda valorizada para controlar uma hiperinflação em uma economia indexada. Outra muito diferente e pernicioso é aplicar a mesma receita quando a economia está estabilizada e o mercado mundial é favorável.

Levou tempo para assentar as bases de uma moeda estável, um país mais apto a competir e um estado relativamente capacitado a atender às necessidades dos mais pobres. Além de tempo, as mudanças custaram o aumento do endividamento do governo federal. Foi o preço pago pela adaptação dos orçamentos e dos costumes públicos a uma economia com inflação baixa, pelo reconhecimento de dívidas devidas e não contabilizadas, pelo saneamento das contas de estados e municípios, tudo isso em meio a uma seqüência de crises internacionais. Daí os juros altos.

Agora, porém, sem crises internacionais, sem indexação, sem maiores pressões inflacionárias, por que juros tão elevados? A resposta principal é uma só: frouxidão no controle dos gastos correntes do governo federal, que cresceram 10% acima da inflação em 2005 e continuam a crescer no embalo eleitoral, e ausência de compromisso com uma agenda de reformas. À frouxidão e à falta de agenda se junta o conservadorismo excessivo do BC. Insustentável no longo prazo, a política de juros altos e gasto descontrolado, se mantida, levará às alturas a já elevada carga tributária ou colocará em perigo o próprio ajuste das contas públicas.

Se vitorioso, o PSDB adotará políticas consistentes com o objetivo de retomar o caminho do desenvolvimento. Este passa desde logo por restabelecer o controle sobre o gasto público e a decência no exercício do governo, comprometida pelos “valériolulas”. Sem um paradeiro na explosão dos déficits da Previdência, na fúria de admissões de “pessoal amigo” para cargos em comissão, nos aumentos pré-eleitorais ao funcionalismo, na desmoralização das instituições, a redução dos juros não produzirá mais investimento, mas apenas mais inflação. Não produzirá mais investimento privado, porque este precisa de confiança nas regras do jogo e de um horizonte seguro de longo prazo. Nem produzirá mais investimento público, que continuará sendo engolido pela voracidade dos gastos correntes.

Controle do gasto corrente e respeito às regras do jogo não necessários, porém não suficientes. Um novo governo do PSDB retomará a agenda reformista. Esta começa pela previdência – é absurdo acabar com o fator previdenciário, a menos que se pense em fixar uma idade mínima para as aposentadorias de trabalhadores e servidores públicos. Passa pela recuperação da autonomia efetiva das agências reguladoras – para livrá-las da ingerência partidária – e pela reforma administrativa – é preciso cortar o excesso de funções em comissão, limitando o número de posições de livre designação a, digamos, vinte pessoas por ministério. E chega ao terreno da reforma tributária – a carga precisa ser mais bem distribuída e efetivamente reduzida, o que se tornará possível com o controle dos gastos.

Com controle do gasto, maior investimento público em infra-estrutura, confiança nas regras do jogo e reformas em andamento, aí sim haverá mais investimentos privados e maior crescimento.

A agenda de reformas ficará todavia incompleta se não incluir, com prioridade, o grande tema dos nossos dias: a educação. Aí está o nosso maior desafio. Em que pese a importância da “rede de proteção social” que o governo passado criou e o atual juntou no Bolsa Família e explora eleitoralmente, os pobres merecem mais que um auxílio, merecem um futuro sem pobreza e com cidadania. E isso depende de mais e melhores empregos, de um lado, que virão com maior investimento, e maior e melhor oferta de educação, do outro.

Educação de boa qualidade desde a pré-escola. Todas as ações do PSDB deverão pautar-se pela preocupação obsessiva com as crianças e os jovens e isso terá de se refletir nos orçamentos públicos e no engajamento de governo e sociedade civil na luta por melhor educação, mais criatividade, mais emprego para os jovens e combate mais eficaz ao uso das drogas e à violência.

Para avançar, uma nova agenda de reformas requer um Congresso melhor. Por isso, é mais do que tempo de voltarmos à discussão das reformas políticas (voto distrital ou, como alternativa, listas fechadas de candidatos, com fidelidade partidária).

O PSDB deverá comprometer-se com reformas do sistema eleitoral e partidário, pois sem elas, mesmo que o rumo geral esteja bem definido, faltará ritmo ao país. E hoje o ritmo é crucial: na competição global levam vantagem os países que têm objetivos claros e os perseguem com agilidade e obstinação.

Derrotar a inflação foi possível porque a sociedade já não a agüentava mais. Da mesma forma, é chegada a hora de abrir uma nova rodada de mudanças, que aumente os investimentos, reduza os impostos, acelere o crescimento e a geração de empregos e, com mais e melhor educação, dê oportunidades efetivas de um futuro melhor aos mais jovens, homens e mulheres, sobretudo entre os brasileiros mais pobres.